

Caro Presidente da Direção  
Associação Portuguesa de Antropologia  
Professor Doutor Robert Rowland  
Caros Membros da Direção da APA,

Na qualidade de ex-Presidente da APA, e tendo sido membro do júri de avaliação do concurso de Bolsas de Doutoramento (BD) e Bolsas de Pós-doutoramento (BPD) da FCT 2013, para o qual fui convidada diretamente pela FCT em Agosto de 2013, venho dar conta de aspetos que julgo serem de interesse geral para a Antropologia e que gostaria de ver amplamente divulgados. Cinjo-me a três pontos que considero de maior relevância e contributo específico para o crescente descontentamento com a atual política científica no país.

O primeiro aspeto diz respeito à autonomia das áreas disciplinares nos concursos para bolsas (BD e BPD). Pela primeira vez no historial de avaliação da FCT e anterior JNICT juntaram-se áreas disciplinares num mesmo painel de avaliação. No caso das Ciências Sociais, tal ocorreu na Antropologia (associada à Geografia e à Demografia) e na Ciência Política (associada ao Direito). Foi-nos explicado que se tratava apenas da rentabilização de meios (decidiram que cada painel teria 150 candidaturas e a antropologia tinha “apenas” 87). Só no momento em que iniciámos a reunião de júri em Dezembro de 2013 soubemos que a FCT propunha ainda que o *ranking* de avaliação fosse igualmente conjunto. Acabámos por conseguir a anuência da FCT para que mantivéssemos a autonomia de *ranking* por áreas disciplinares, precisamente recorrendo a esse argumento de que não era esse o efeito que tal decisão pretendia ter. Foi no entanto necessário recorrer a longa argumentação, nomeadamente sublinhando a longa história de consolidação da Antropologia em Portugal e os efeitos desta perda de autonomia em termos de política científica – um argumento que nos diziam ser espúrio, por estar apenas em causa um ato administrativo. Mais importante foi ter-se colocado a hipótese da demissão de membros do júri caso esta autonomia não fosse garantida. Conseguir finalmente a anuência da FCT foi considerado pelo Painel como uma relativa vitória da antropologia, perante uma situação que nos era apresentada como ato consumado. De fato, sabemos que esta autonomia não foi conseguida noutras áreas – por exemplo, a Associação de Ciência Política manifestou-se contra esta amálgama em comunicado de 16 de Dezembro de 2013 - logo em seguida às reuniões de avaliação.

O segundo ponto diz respeito à mais drástica situação deste concurso

com a qual nos deparámos no último dia da avaliação, quando soubemos que a percentagem de bolsas a atribuir se estimava no máximo de 10% em relação ao total de candidaturas. O efeito deste corte fez-se sentir não apenas na diminuição drástica de colegas e de alunos com financiamento para prosseguir os seus estudos, mas também no aumento de injustiças objetivas, já que havia candidaturas de elevadíssima qualidade que iriam ficar definitivamente excluídas. Esse sentimento consta e foi expressamente traduzido numa alínea da ata do júri que nos disseram ser pública.

Também em ata ficou expressa a discordância absoluta do painel pela penalização de 0,5 imposta pela FCT na avaliação do mérito dos projetos de trabalho, caso estes não se declarassem integrados em projetos de investigação em curso, por considerar a sua desadequação total às áreas das Ciências Sociais. O assunto tinha sido amplamente discutido numa sessão plenária com membros de muitos outros painéis, e a sua eliminação foi liminarmente negada pela FCT por constar em Guia de Avaliação.

O terceiro ponto infelizmente só agora está a ser confrontado, decorrendo das mais recentes informações dadas pela própria FCT no dia 20 de Janeiro e de certa forma rompendo com uma relação de compromisso mútuo entre júri científico e aparelho administrativo. A vigilância constante da FCT em relação à isenção e objetividade dos membros do júri contrasta, em absoluto, com o ocorrido entre o fechamento da avaliação no início de Dezembro e a saída dos resultados em Janeiro. De fato, sem qualquer consulta aos membros do júri, os resultados da avaliação foram alterados por funcionários administrativos da FCT. No dia 21 de Janeiro a FCT comunicou aos membros no júri de todos os painéis que tinha realizado um conjunto de alterações para “resolver” “erros” que, alegadamente, os avaliadores terão cometido. Como se sabe, eventuais “erros administrativos”, sempre plausíveis em concursos com elevado número de candidaturas, sempre foram resolvidos, em anteriores concursos da FCT, em audiência prévia e com a consulta dos avaliadores e nunca unilateralmente e à sua revelia.

Em resposta a esta situação, no dia 21 de Janeiro foi enviada uma carta do Painel de Antropologia e Geografia ao Diretor da FCT, subscrita por todos, manifestando a nossa “estupefação” com esta atuação “administrativa” que se sobrepõe ao princípio soberano da avaliação por pares – aquilo que caracteriza o conhecimento científico.

Decidi fazer esta comunicação à Direção da APA com quem conto para a divulgação e apoio a esta situação inédita. Estamos perante um ultraje a juntar à drástica redução de bolsas que julgamos produzir

efeitos irreversíveis no desenvolvimento da ciência no país.

Lisboa, 22 de Janeiro de 2014

Susana de Matos Viegas

Susana de Matos Viegas